



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Em disputa pelo centro: atuação e conquistas de movimentos sociais de luta por moradia na área central de Natal¹

Amíria Bezerra Brasil

Departamento de Arquitetura / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ / UFRN)

Emanuel Ramos Cavalcanti

Departamento de Arquitetura / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ / UFRN)

Miró Aires de Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ / UFRN)

Juliana Silva Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ / UFRN)

Sessão Temática 08: Movimento sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. O artigo trata das Ocupações Urbanas enquanto estratégia de resistência e disputa pela cidade pelos Movimentos Sociais de Luta por Moradia. No contexto Neoliberal de produção do espaço no Brasil, em cidades já marcadas por ampla desigualdade social e segregação socioespacial os movimentos sociais tem buscado nas áreas centrais alternativas de moradia para solucionar parte do déficit habitacional e resolver temporariamente (poucas se tornam moradias definitivas) a falta de um lugar para habitar em áreas infraestruturadas. A discussão apresentada neste artigo localiza-se em Natal, no Centro Histórico, em especial nos bairros da Ribeira e Rocas, que tem sido palco de disputa dos vazios urbanos para moradia e equipamentos de assistência social. Destacamos a atuação do MLB e do MNPR enquanto movimentos que tem questionado os vazios urbanos na área central de Natal frente ao déficit habitacional e a ausência de políticas públicas de moradia e assistência social nesse bairros infraestruturados. Dividido em três partes o artigo trata da atuação recente dos movimentos de luta por moradia, do esvaziamento de áreas centrais, em especial da Ribeira e Rocas em Natal e por fim das estratégias do MLB e MNPR em Natal para questionar por que o pobre não pode morar no centro.

Palavras-chave. Ocupação Urbana; Área Central; Resistência; Movimentos Sociais de Luta por Moradia; Nata/RN.

Disputing for the center: acting and achievements of social movements for housing rights in the central area of Natal

Abstract. The article deals with Urban Occupations as a strategy of resistance and dispute for the city by the Social Movements for Housing. In the Neoliberal context of space production in Brazil, in cities already marked by wide social inequality and socio-spatial segregation, social movements have sought alternative housing in central areas to solve part of the housing deficit and temporarily solve (few become permanent homes) the lack of a place to live in infrastructured areas. The discussion presented in this article is located in Natal, in the Historic Center, especially in the Ribeira and Rocas neighborhoods, which have been the scene of disputes over urban voids for housing and social assistance equipment. We highlight the performance of the MLB and the MNPR as movements that have questioned the urban voids in the central area of Natal, given the housing deficit and the absence of public policies for housing and social assistance in these infrastructured neighborhoods. Divided into three parts, the article deals with the recent performance of housing struggle movements, the emptying of central areas, especially Ribeira and Rocas in Natal and, finally, the strategies of the MLB and MNPR in Natal to question why the poor cannot live downtown.

Keywords: Urban Occupation; Central Area; Resistance; Social Movements; Natal/RN.

¹ A pesquisa que subsidiou parte desse artigo é financiada com bolsa de iniciação científica PIBIC UFRN.

En disputa por el centro: acción y conquistas de los movimientos sociales que luchan por la vivienda en el área central de Natal

Resumen. *El artículo trata de las Ocupaciones Urbanas como estrategia de resistencia y disputa por la ciudad de los Movimientos Sociales de Lucha por la Vivienda. En el contexto neoliberal de producción espacial en Brasil, en ciudades ya marcadas por una gran desigualdad social y segregación socioespacial, los movimientos sociales han buscado viviendas alternativas en áreas centrales para solucionar parte del déficit habitacional y solventar temporalmente (pocas se convierten en viviendas permanentes) la falta de un lugar para vivir en áreas con infraestructura. La discusión presentada en este artículo se ubica en Natal, en el Centro Histórico, especialmente en los barrios de Ribeira y Rocas, que han sido escenario de disputas por vacíos urbanos para vivienda y equipamientos de asistencia social. Destacamos la actuación del MLB y del MNPR como movimientos que han cuestionado los vacíos urbanos en el centro de Natal frente al déficit habitacional y la ausencia de políticas públicas de vivienda y asistencia social en estos barrios infraestructurados. Dividido en tres partes, el artículo aborda el desempeño reciente de los movimientos de lucha por la vivienda, el vaciamiento de las áreas centrales, especialmente Ribeira y Rocas en Natal y, finalmente, las estrategias de la MLB y MNPR en Natal para cuestionar por qué los pobres no pueden vivir en el centro.*

Palabras clave: Ocupación Urbana; Area Central; Resistencia; Movimientos Sociales de Lucha por la Vivienda; Natal/RN.

Introdução

O processo de urbanização brasileiro durante o século XX foi marcado pela desigualdade da produção do espaço e do acesso à moradia. Ermínia Maricato (MARICATO, 1995) utiliza a expressão “urbanização com baixos salários” para descrever a produção de cidades feitas pelos trabalhadores urbanos, em especial nas décadas de 1950 e 1960, que não conseguiam acessar o mercado formal de moradia e precisavam improvisar em áreas não urbanizadas compensando a infraestrutura necessária para a sua consolidação. Esse processo provocou a formação de muitas periferias nas grandes cidades brasileiras e a segregação dos espaços dos trabalhadores de baixos salários e as elites brasileiras.

As décadas de 1960 e 1970 foram de muita produção habitacional para população de baixa renda a partir do financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e construção pelas Companhias de Habitação (COHABs), mas devido à várias questões, não foi suficiente para suprir o déficit habitacional, nem qualificar os espaços construídos.

Após o período de redemocratização no Brasil, reorganização dos movimentos sociais de luta por moradia, consolidação do Movimento Nacional de Reforma Urbana e aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988, a década de 1990 foi muito rica em experiências de construção de habitação social com protagonismo dos movimentos. A CF de 1988 afirma em seu artigo 6º, dentre os direitos civis, o direito à moradia, e traz em seus artigos 182 e 183 os princípios da função social da propriedade, o direito à cidade e a regularização fundiária como norteadores da produção do espaço urbano no país.

A década de 1990, entretanto, trouxe também um cenário político econômico neoliberal para o Brasil, que passou a conviver, e conflitar, com os direitos garantidos pela CF. As décadas de 2000 e 2010 foram marcadas pela construção de políticas e programas nacionais para as cidades brasileiras, em especial os de moradia, que trataremos neste artigo. O Programa Minha Casa Minha Vida, prioritário e único para muitos municípios, foi responsável pela produção habitacional de interesse social desde fins da década de 2000, até fins da década de 2010, quando no Governo Michel Temer começou a ser desconstruído até ser substituído pelo Programa Casa-Verde Amarela que não contempla a população de baixa renda. A produção do MCMV foi grande em número, mas com diversos problemas de qualidade e principalmente de localização, mantendo o padrão periférico dos grandes programas anteriores a ele.

As cidades brasileiras continuaram então, durante o século XXI, com uma produção de HIS essencialmente periférica, em detrimento da utilização dos centros das cidades, muitas vezes compostos por diversos vazios urbanos, consequentes dos processos de esvaziamento dos centros históricos das grandes cidades brasileiras. Esse processo é resultado das disputas existentes entre os agentes produtores do espaço e aqueles que não conseguem acessar a cidade por meios mercantis os bens de moradia (CORRÊA, 2004).

Esse processo de disputa pelas cidades, que deixou “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente”, em 2013 caracteriza-se por 7.241 milhões de unidades vagas em todo o Brasil, sendo destes 6.354 milhões em condições de serem ocupados e 886 mil em construção ou reforma, em 2014². Esses números têm chamado a atenção para os vazios urbanos em áreas infraestruturadas das cidades, enquanto a produção de HIS por parte do Estado tem se concentrado nas periferias e não têm sido suficientes.

A tensão existente no processo de produção do espaço das cidades brasileiras tem feito crescer modos contra hegemônicos de disputá-las, aqui representados pelas manifestações e ocupações dos vazios urbanos em áreas centrais pelos movimentos de luta por moradia no Brasil e em especial no município de Natal, nos bairros da Ribeira, Rocas e em seus arredores. Miraftab (2016) trata do planejamento urbano insurgente, que defende o reconhecimento de práticas além do

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE 2014) *apud* FASE, 2018.

escopo do Estado, vindas de movimentos sociais, e a imaginação de novas possibilidades para o futuro, no intuito de fazê-lo mais humano.

Dessa forma, esse artigo tem como objetivo tratar de modos de planejamento urbano insurgentes, retratados principalmente a partir das ocupações urbanas em áreas centrais, como solução temporária ou final para moradia dos trabalhadores de baixa renda, a partir da luta dos movimentos sociais de moradia. O artigo trata também dos vazios urbanos e modos de morar em áreas centrais que confrontam com o planejamento tradicional para essas áreas em um contexto político e econômico neoliberal e de planejamento estratégico (VAINER, 2000).

O artigo está estruturado em três partes. A primeira “Reivindicar e morar: movimentos de luta por moradia” trata do déficit habitacional brasileiro, da luta por moradia e dos movimentos sociais enquanto reivindicadores do Direito à Cidade e Direito à Moradia. A segunda parte, denominada “Esvaziamento e ociosidade no centro de Natal” trata dos vazios urbanos no centro de Natal e como as políticas e programas para essa área não incorporaram a moradia social como prioridade. E por fim, a terceira parte “Outras formas de moradia no centro” trata do que há de moradia no centro de Natal, nos bairros da Ribeira e Rocas, atualmente, incluindo as ocupações urbanas como instrumento de pressão para inclusão pelo Estado em programas de moradia, mas também, e mais recentemente, como abertura da discussão acerca do pobre morar no centro.

1. Reivindicar e morar: movimentos de luta por moradia

O grande déficit habitacional brasileiro aliado à inexistência atual de Programas de Habitação de Interesse Social (HIS) e ao contexto político econômico neoliberal do país tem levado os Movimentos Sociais de Luta por Moradia a buscar soluções organizadas pelos próprios movimentos. A luta desses movimentos reafirma o direito à moradia garantido constitucionalmente (art. 6º da CF 1988), mas que não tem se efetivado nas práticas a partir de políticas e programas eficazes.

O reconhecimento do direito à moradia na Constituição Brasileira de 1988 como direito social fundamental e o Estatuto da Cidade em 2001, representam algumas das conquistas de muitos anos de luta marcados por processos de mobilização social e disputas políticas com intensa pressão dos movimentos populares urbanos (FERNANDES, 2010; MARICATO, 2011). O debate sobre a Reforma Urbana no Brasil iniciou-se no começo da década de 1960, dentro de um cenário de intensa disputa e conflitos por terra e moradia ao longo de todo o século XX e aprofundamento da crise urbana e habitacional devido à acelerada industrialização e urbanização brasileira. Nesse período ocorreu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), trazendo a questão da habitação como componente principal das discussões e que resultou em um documento com diagnósticos e ações para o enfrentamento dos problemas habitacional e urbano (BONDUKI; KOURY, 2010).

Paralelamente, surge no final dos anos 1970 o primeiro movimento de organização popular, de caráter nacional, o Movimento de Defesa do Favelado - MDF (COMARÚ; BARBOSA, 2019), que pautava a defesa do direito à terra. Além disso, a década de 1980 marca a consolidação (institucionalização) das organizações populares por moradia e a criação de movimentos de âmbito nacional (CAVALCANTI et al., 2021). É nesse contexto que a luta pela Reforma Urbana é retomada com o fim do regime militar (MARICATO, 2011), com destaque para o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), criado em janeiro de 1985, com a participação de 63 entidades e movimentos (BONDUKI, 2018).

Assim, a luta que antes tinha um caráter local, a exemplo da reivindicação por moradia, passaria a incorporar “a ideia de cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, ... com direito a uma vida social” (SAULE JR.; UZZO, 2009, p. 260). Desta maneira, o MNRU define, em 1986, o conceito de Reforma Urbana pautado no acesso à cidade como um direito a todos: “uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos” (SAULE JR.; UZZO, 2009, p. 261).

Posteriormente, em 1987, o MNRU se transformou no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) que reúne movimentos populares de luta por moradia e por cidades mais justas, inclusivas e democráticas, associações de classe e instituições de pesquisa, as quais têm como objetivo a luta pelo direito à cidade buscando modificar o processo de segregação espacial e social (FNRU, 2019, online³).

Os movimentos de moradia possuem diferentes formas de atuação, e grande parte deles se organiza por meio de grupos de base que desenvolvem atividades de formação, capacitação, mobilização e participação de negociações com órgãos do poder público, “além de atos e manifestações públicas, até ocupação de terrenos e prédios que foram abandonados durante anos nas preferências ou áreas centrais das cidades” (COMARÚ; BARBOSA, 2019)

Dentre as ações dos movimentos sociais destacamos como foco deste artigo as ocupações urbanas em áreas centrais, entendidas aqui como espaços de ação inventados (MIRAFTAB, 2016) que são insurgências capazes de se configurar enquanto importantes práticas de planejamento alternativo.

De acordo com Comarú e Barbosa (2019, p. 37) as ocupações, sejam de terrenos ou de edifícios abandonados ou subutilizados, possuem finalidades distintas: “chamar a atenção das autoridades e governantes para o problema habitacional; ampliar a visibilidade do problema habitacional e urbano para a imprensa e a sociedade como um todo, e chamar a atenção das comunidades também”. O desenrolar dessas ocupações também apresenta diferentes cenários, podendo haver a regularização fundiária e aquisição do prédio, ou a concessão de uso pelo poder público, mas também podem ocorrer os pedidos de reintegração de posse com a expulsão dos moradores e até mesmo casos em que não há expulsão e os moradores seguem por anos nas ocupações (COMARÚ; BARBOSA, 2019). Nos casos em que as ocupações são realizadas em regiões de alto grau de interesse e potencial valorização imobiliária, há uma maior pressão pela reintegração de posse, enquanto que “em localidades onde o mercado formal não possui interesse, a pressão pela remoção tende a ser bem menor” (COMARÚ; BARBOSA, 2019, p. 37).

As ocupações urbanas em áreas centrais têm acontecido em várias cidades do país e são parte do trabalho de base que os movimentos de moradia desenvolvem, contemplando ações educativas, mobilização social e ações de denúncia e reivindicação por moradia. A discussão de quem pode morar nas áreas centrais tem sido uma pauta importante dessas ocupações, o que não tem sido atendido pelas Políticas e Programas Habitacionais nos últimos anos, com pontuais exceções de experiências resultantes do PMCMV Entidades. A cidade de São Paulo tem sido a expressão mais forte no Brasil dessas ocupações, devido ao número em que acontecem no centro da cidade, mas outras cidades também têm vivenciado esse tipo de experiência, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e Natal, a qual trataremos aqui.

Em um contexto de ineficiência e até mesmo de ausência de políticas públicas habitacionais, as ocupações de terrenos e de edificações organizadas por Movimentos Sociais de Luta por Moradia se configuram enquanto estratégias legítimas de luta para reivindicar o acesso à moradia, e que tem apresentado conquistas concretas em termos de atendimento habitacional por meio da construção de moradias novas e processos de urbanização e regularização fundiária em diferentes cidades brasileiras. Miraftab (2016) defende a necessidade de um planejamento progressista, em contraponto à incapacidade do planejamento tradicional em romper com os problemas da urbanização sob o capitalismo.

No Brasil, ideias análogas vêm sendo discutidas por Giselle Tanaka (2017) sob os conceitos em construção de planejamento alternativo ou planejamento conflitual, que aborda as formas de resistência de populações ameaçadas e movimentos sociais urbanos em situações de conflito nas cidades brasileiras. Embora a atuação dos movimentos nas lutas pelo direito à cidade e à moradia não seja novidade no cenário nacional, o estudo das suas práticas é de grande relevância para a

³ Disponível em: <<https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>>.

construção de um repertório de estratégias de luta para os movimentos sociais. No centro histórico de Natal essas ocupações, que configuram-se como reivindicações por inserção em programas habitacionais, mas também resistências de expulsão para áreas periféricas, são recentes conforme trataremos mais adiante.

Apesar das ocupações urbanas constituírem alternativas para a população de baixo poder aquisitivo frente ao déficit habitacional e a segregação socioespacial tão severos nas cidades brasileiras, as condições em que se encontram os imóveis antes da chegada do movimento e a falta de recursos para adequá-los leva a condições de moradia muito difíceis. A efetivação do abastecimento de água e energia elétrica podem ou não ser estabelecidas formalmente com o tempo, e é comum que haja cortes frequentes em seu acesso. Banheiros e cozinhas muitas vezes são improvisados, o uso recorrente de materiais inflamáveis como divisórias, aliado à falta de ventilação e iluminação natural, constitui risco de incêndio. Nesse ponto, entretanto, é importante valorizar as conquistas, identificar as fragilidades e buscar soluções para resolvê-las: remover o risco, e não as pessoas (MORETTI *et al*, 2021). Dado que muitas vezes são viabilizadas através de rateios entre os ocupantes, o aspecto financeiro é um limitante severo nas possibilidades de adaptação e adequação das ocupações. São necessários programas habitacionais que reconheçam os esforços dos movimentos sociais e que financiem reformas e adequações dos edifícios ocupados e que os tornem moradia digna, bem localizada, para aqueles que ocupam.

Experiências exitosas são compartilhadas como a Ocupação Manuel Congo, no centro do Rio de Janeiro, em um antigo prédio do INSS que foi ocupado pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). Após muita luta, e com recursos finais do PMCMV Entidades, o MNLM conseguiu a regularização fundiária do edifício e a sua recuperação a partir da contratação de empresas de arquitetura e engenharia, que tornaram o prédio habitável, e onde atualmente moram 42 famílias.

Entretanto, apesar de alguns [poucos] exemplos bem-sucedidos de transformação das ocupações em áreas centrais em moradia definitiva, há muitos exemplos de ocupações como moradia transitória, com remoção ou ação de reintegração de posse, ou mesmo outras formas de desocupação. É importante, para essa compreensão, a linha de pensamento e prática visível em alguns processos que vêm se desenrolando, por exemplo, no centro de São Paulo. A partir do episódio envolvendo o Edifício Winston Paes, acontecimento emblemático no qual uma edificação de destaque ocupada foi derrubada pelas chamas de um incêndio acidental, ganhou força a criminalização de movimentos sociais na cidade, que chegou mesmo à prisão de lideranças de destaque entre os movimentos de luta por moradia, como Preta Ferreira (MÜHLE, 2020). Em contraponto, a visibilidade das ocupações na mídia e sociedade motivou também a realização, por parte da prefeitura, de vistorias técnicas em edificações ocupadas na área central, que graças ao trabalho conjunto com universidades, movimentos sociais e assessorias, adotou uma abordagem voltada à identificação do risco na perspectiva de mitigá-lo, possibilitando a permanência dos ocupantes com maior segurança (CAVALCANTI *et al*, 2021). Esse fato também mostra que

a miséria da [falta] de políticas habitacionais em nosso país. Ali, havia 146 famílias com rendimentos de zero a um salário mínimo. Para nós, ao contrário do que a mídia corporativa está a propagar, o que a tragédia revela é, de um lado, o descaso público com a problemática habitacional e, de outro, a certeza de que esse descaso é orquestrado. Expressões como “invasão” ou “ação irregular” só reforçam os preconceitos sofridos por pessoas que enfrentam cotidianamente a pobreza, gerando ainda a criminalização de movimentos sociais de luta por moradia. (FASE, 2018).

Em Natal, as ocupações da área central, em especial nos bairros da Ribeira e das Rocas, tem acontecido em especial em imóveis ociosos, vazios urbanos, de valor patrimonial, o que traz uma discussão mais específica e tem escancarado as condições de degradação dos edifícios de relevância histórica e cultural. Além disso, tem chamado a atenção também para a falta de políticas e programas habitacionais, em especial na área central, provocado pelos Movimento de Luta nos

Bairros Vilas e Favelas (MLB) e Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), conforme será tratado adiante.

2. Esvaziamento e ociosidade do solo urbano na área central de Natal

A cidade do Natal contabilizava em 2010 um déficit habitacional de 22.185 Unidades Habitacionais (UH) e a produção recente de habitação de interesse social (HIS) na cidade, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi pouco numerosa - 2.864 UHs (FJP-MCIDADES, 2013 *apud* FERREIRA, 2016) e periférica, principalmente na Região Administrativa Oeste (RAOeste). Essa produção, portanto, além de não solucionar o déficit habitacional, foi pouco diversificada e conservadora, contribuindo com os processos de periferização e espraiamento da ocupação urbana, desconsiderando o aproveitamento dos inúmeros vazios urbanos existentes nos bairros centrais da cidade, identificados, por exemplo, na pesquisa que consubstancia este artigo.

A discussão recente acerca de HIS na área central de Natal tem sido provocada pelos movimentos sociais que militam pelo direito à moradia e tem se dado, em especial, no bairro da Ribeira, parte do centro histórico da cidade, principalmente a partir de ocupações urbanas do Movimento de Lutas nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR). A identificação dos vazios urbanos desse bairro (e de seus arredores) conflita com a falta de moradia e, em especial, a bem localizada a ser destinada à população de baixa renda. Isso fica claro quando constatamos que os últimos planos e projetos para a Ribeira não têm tido como foco a moradia nas áreas centrais.

Historicamente, a formação do bairro da Ribeira intensificou-se pela presença da área portuária da cidade, às margens do Rio Potengi, que ensejou atividades de transporte de bens e pessoas e que, apesar da importância no contexto do estado e regiões próximas, funcionou precariamente ao longo dos séculos da colonização, apenas recebendo melhorias fundamentais no rastro da modernização de fins do século XIX e início do século XX. Neste mesmo fim de século, a construção da estrada de ferro e os serviços mais avançados ligados ao porto trouxeram desenvolvimento econômico e infraestrutura para o bairro (TINOCO, BENTES SOBRINHA e TIGUEIRO, 2008), além do afluxo das atividades institucionais relativas ao governo local que também começaram a acontecer nesse bairro por essa época. Os bairros vizinhos, que junto à Ribeira compõem o que hoje se denomina como “Centro Histórico” (Figura 1), foram se consolidando: a Cidade Alta como moradia da população de alta renda e sede do poder local, o Alecrim com o comércio popular e as residências das classes médias e baixas e as Rocas, a partir do transbordo das atividades portuárias próximas, na Ribeira, também possuindo atividades econômicas e institucionais, mas principalmente a partir da moradia dos trabalhadores do porto e da pesca.

No início do século XX, a Ribeira foi marcada por intervenções públicas de saneamento, alinhadas com os ideais higienistas da época e recebeu tanto equipamentos culturais, de educação e lazer como alguns usos residenciais (SILVA, 2002). Também foi fortalecida a ligação viária da Ribeira com a Cidade Alta, através da abertura da Rua Junqueira Aires que, por muito tempo, foi o principal acesso entre esses dois bairros. Ainda no início daquele século, a expansão da cidade começou a ser planejada a partir do Plano da Cidade Nova de autoria de Jerônimo Pinheiro da Câmara e do agrimensor Antônio Polidrelli. Essa expansão, também conhecida como “Plano Polidrelli” deu origem posteriormente aos bairros de Tirol e Petrópolis, marcados pela ortogonalidade e pela aplicação do ideário urbanístico moderno, conduzindo o eixo de crescimento da cidade na direção sul. A expansão nesse sentido também foi impulsionada durante a Segunda Guerra Mundial a partir da instalação de uma base militar em Parnamirim, município vizinho a Natal, destacando-se essa ligação através do Parnamirim Field, hoje Avenida Salgado Filho/BR-101, um dos principais eixos viários da cidade, vetor histórico de sua expansão.



Figura 1. Bairro da Ribeira no contexto da área central de Natal (fonte: elaborada pelos autores).

Ao longo do século XX e, em especial, a partir da sua segunda metade, a cidade experimentou expansão e urbanização continuadas, impulsionada pela construção dos conjuntos habitacionais e novos loteamentos privados, principalmente a partir da década de 1970. Ainda nessa década, importantes equipamentos foram construídos fora do centro histórico, como o Centro Administrativo do Governo do Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ambos em Lagoa Nova, o que exigiu infraestrutura urbana, como a abertura ou continuação de importantes vias estruturantes como a BR-101, a Avenida Roberto Freire e Via Costeira (CAVALCANTE, 2019).

Com a expansão da cidade e a formação de novas centralidades, importantes atividades foram deixando a Ribeira, como a Rodoviária e outros edifícios institucionais, muitos deles dos poderes governativos locais, hotéis e equipamentos culturais (TINOCO et al., 2008) e o bairro, dessa forma, foi se esvaziando. No Brasil, o processo de esvaziamento de centro urbanos pode ser entendido como a saída das classes de alta renda, a decadência econômica e a obsolescência das estruturas físicas desses espaços (CASTILHO E VARGAS, 2006; VILLAÇA, 2011), especialmente, acrescente-se, das estruturas produtivas e equipamentos associados, como a área portuária, as plantas fabris e a ferrovia, substituída, gradativamente, pelas rodovias. Conformaram-se, portanto, vazios urbanos sejam edificadas, ou mesmo terrenos desocupados.

Devido a sua relevância histórica e cultural a Ribeira é hoje protegida tanto por legislação municipal, através do zoneamento do Plano Diretor, desde 1984 mas regulamentado por legislação específica posterior, e reforçado no Plano Diretor atual, de 2022, quanto por legislação federal, por possuir um perímetro tombado pelo IPHAN (Figura 2), além de edificações tombadas individualmente, nas três esferas administrativas, não necessariamente inseridas nessas poligonais que afetam a Ribeira, mas não menos importantes, como é o caso do Forte Reis Magos, próximo à área central, no bairro de Santos Reis, ou as edificações tombadas na Cidade Alta. Dessa forma, parte desses vazios existentes não podem ser alterados sem os cuidados exigidos pelos órgãos competentes.

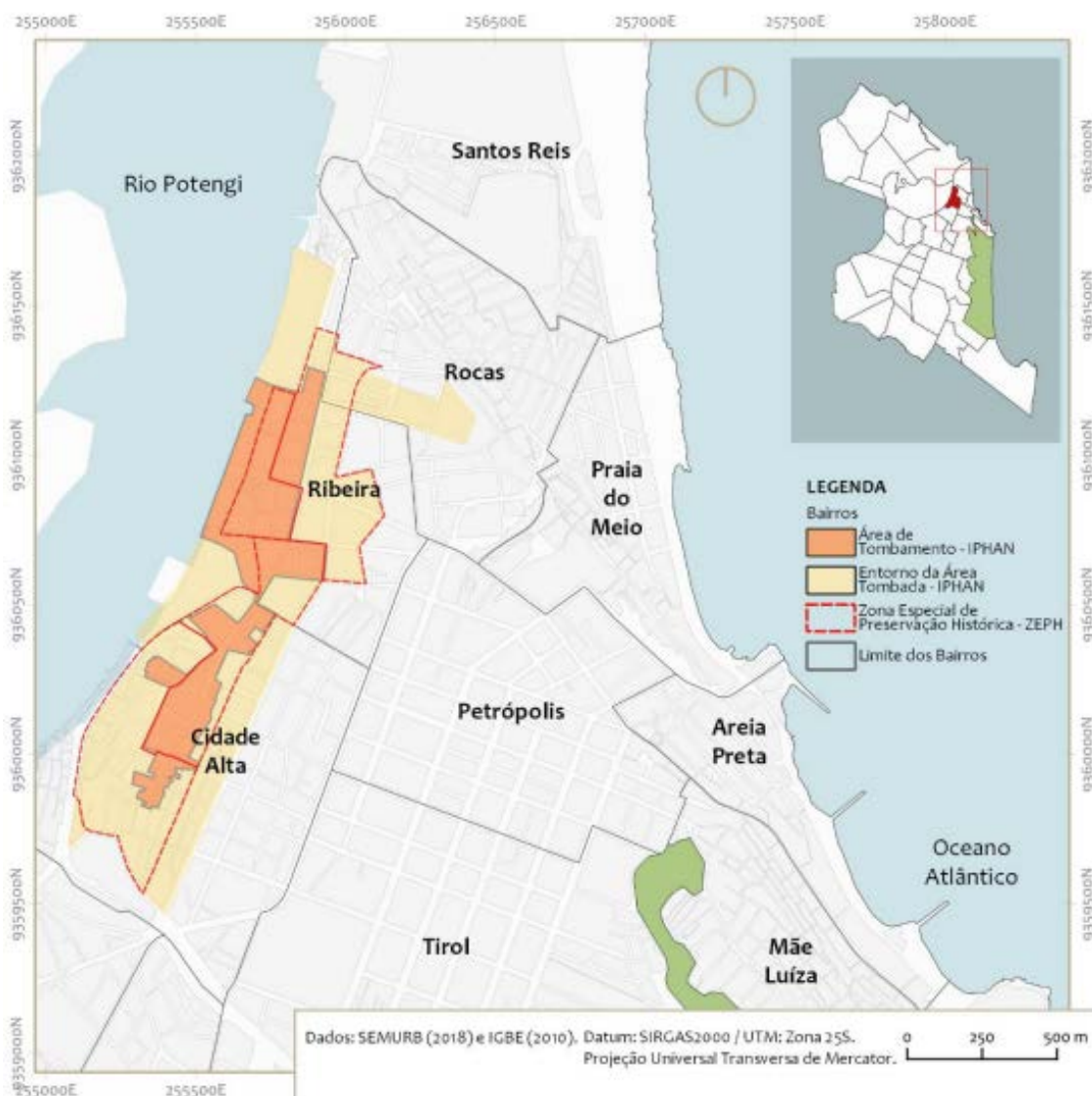


Figura 2. Zona Especial de Patrimônio Histórico de Natal e Perímetro de Tombamento do IPHAN (fonte: BRASIL, ALMEIDA e CAVALCANTE, 2022).

A Prefeitura Municipal de Natal (PMN) não possui um levantamento abrangente e detalhado dos vazios urbanos, muito menos conhece o déficit habitacional específico da área central da cidade. De posse da gravidade desta lacuna e a partir da pesquisa “Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial: vazios urbanos e segregação urbana como reflexo do não cumprimento da função social da propriedade e da cidade”, os vazios urbanos da Ribeira foram identificados, classificados e publicizados. O que tem contribuído com as discussões tanto durante o processo de revisão do atual Plano Diretor, quanto por parte dos Movimentos Sociais.

Partiu-se da conceituação de diversos autores (BORDE, 2012; CAVALCANTI, 2018) e do marco normativo brasileiro (BRASIL, 1988 e BRASIL, 2001) e de Natal (NATAL, 2007) para definir os vazios urbanos, que foram conceituados como: “terrenos localizados em município passíveis de uso e/ou ocupação que não exerçam sua função socioambiental da propriedade, podendo ser: “A. Não construído”, “B. Subutilizado” ou “C. Não usado.” (ATAÍDE et al., 2021). Esta classificação pode ser vista no Quadro 1.

Quadro 1. Matriz classificatória dos vazios urbanos (fonte: Projeto de pesquisa Vazios Urbanos em Natal, 2022).

Categoria do EC	Categorias propostas	Definição
-----------------	----------------------	-----------

	A1 - Não construído e sem uso	Lotes com área construída igual a zero em que não se verifique uso
A - Não construído	A2 - Não construído e utilizado como estacionamento	Lotes com área construída igual a zero em que se verifique uso exclusivo de estacionamento (uso incompatível com o cumprimento da função social da propriedade)
	B1 - Subaproveitado	Lote cujo Coeficiente de Aproveitamento utilizado é menor que o mínimo de 0,1
	B2 - Subaproveitado e utilizado como estacionamento	Lote cujo Coeficiente de Aproveitamento utilizado é menor que o mínimo de 0,1 e em que se verifique uso exclusivo de estacionamento
B - Subutilizado	B3 - Edificado e pouco utilizado	Lote cujo Coeficiente de Aproveitamento utilizado é maior que o mínimo de 0,1 e que apresente parcela de sua extensão sem uso
	C1 - Não utilizado, mas passível de uso	Lote cujo coeficiente de Aproveitamento utilizado é maior que o mínimo de 0,1 e que apresente a totalidade de sua extensão sem uso, sem que haja comprometimento estrutural que impeça sua utilização
C - Não utilizado	C2 - Não utilizado e não passível de uso	Lote cuja área construída é maior que zero e que apresenta a totalidade de sua extensão sem uso, havendo comprometimento estrutural que impeça sua utilização ou estado de arruamento

Com a aplicação da matriz classificatória desenvolvida na pesquisa foi possível constatar que a Ribeira (e também das Rocas) é o bairro da área central que possui a maior quantidade de vazios urbanos (Figura 3), muitos deles arruinados e, por conta disso e em alinhamento com práticas projetuais comuns nas áreas centrais do país dos anos 1980 aos anos 2000 (CASTILHO E VARGAS, 2006), foi alvo de alguns projetos guiados pela ideia da “revitalização/requalificação urbana” de centros históricos, ao longo da década de 1990. As intervenções, entretanto, foram direcionadas às atividades portuárias e de incentivo ao lazer noturno, pontualmente (SILVA, 2002). Novas intervenções na área portuária têm sido feitas nos últimos anos, como a definição de perímetro de Operação Urbana Consorciada, a instalação da estação de passageiros para a Copa do Mundo FIFA de 2014, e com a expansão do porto em direção às Rocas. Além disso, recentemente, em 2017, a Ribeira também foi alvo de um concurso público, chamado *Urban Lab Ribeira*, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As iniciativas não foram capazes de reverter a condição geral de ociosidade do solo urbano da Ribeira e entorno imediato, muito menos de ocupação desses espaços com HIS, pois os programas e projetos que tiveram como objetivo promover a reestruturação urbana do bairro não tiveram esse tema como prioridade. Além disso, os vazios urbanos continuam se formando e, em alguns casos, entrando em processo de arruamento, pondo em risco a vizinhança, que fica ameaçada por desmoronamentos como o que aconteceu com a edificação histórica do início do século XX, que abrigou por último a boate Arpege, e que desabou parcialmente, em 2020, atingindo, inclusive, o espaço público da rua Chile.



Figura 3. Vazios Urbanos identificados na Ribeira e nas Rocas a partir da matriz classificatória da pesquisa e perímetro tombado do IPHAN e entorno (fonte: BRASIL, ALMEIDA e CAVALCANTE, 2022).

Esses vazios urbanos existentes na Ribeira e Rocas além de ressaltar a necessidade de atração de novas atividades para os bairros exaltam o debate acerca da moradia no centro, apesar de que nem todos poderiam ser aproveitados como moradia. As possibilidades de transformação desses vazios trazem para a discussão do esvaziamento do solo urbano desses bairros a possibilidade de diversidade de usos. Entretanto, como o foco do artigo é a discussão da moradia, analisamos as formas e densidades de moradia na área central e seus arredores, como forma de fundamentar o debate acerca de quem e como se mora no centro.

3. Outras formas de moradia no centro

Embora a compreensão dos limites da área central possa variar, optamos por destacar alguns aspectos da moradia na Região Administrativa (RA) Leste de Natal, onde está o núcleo inicial de ocupação de cidade, entre o litoral marítimo e o Rio Potengi. Observando a densidade demográfica dos bairros de Natal, nota-se que a região Leste reúne índices de hab/ha baixos em relação ao restante da cidade, comparação que pode ser feita a partir da figura 4.

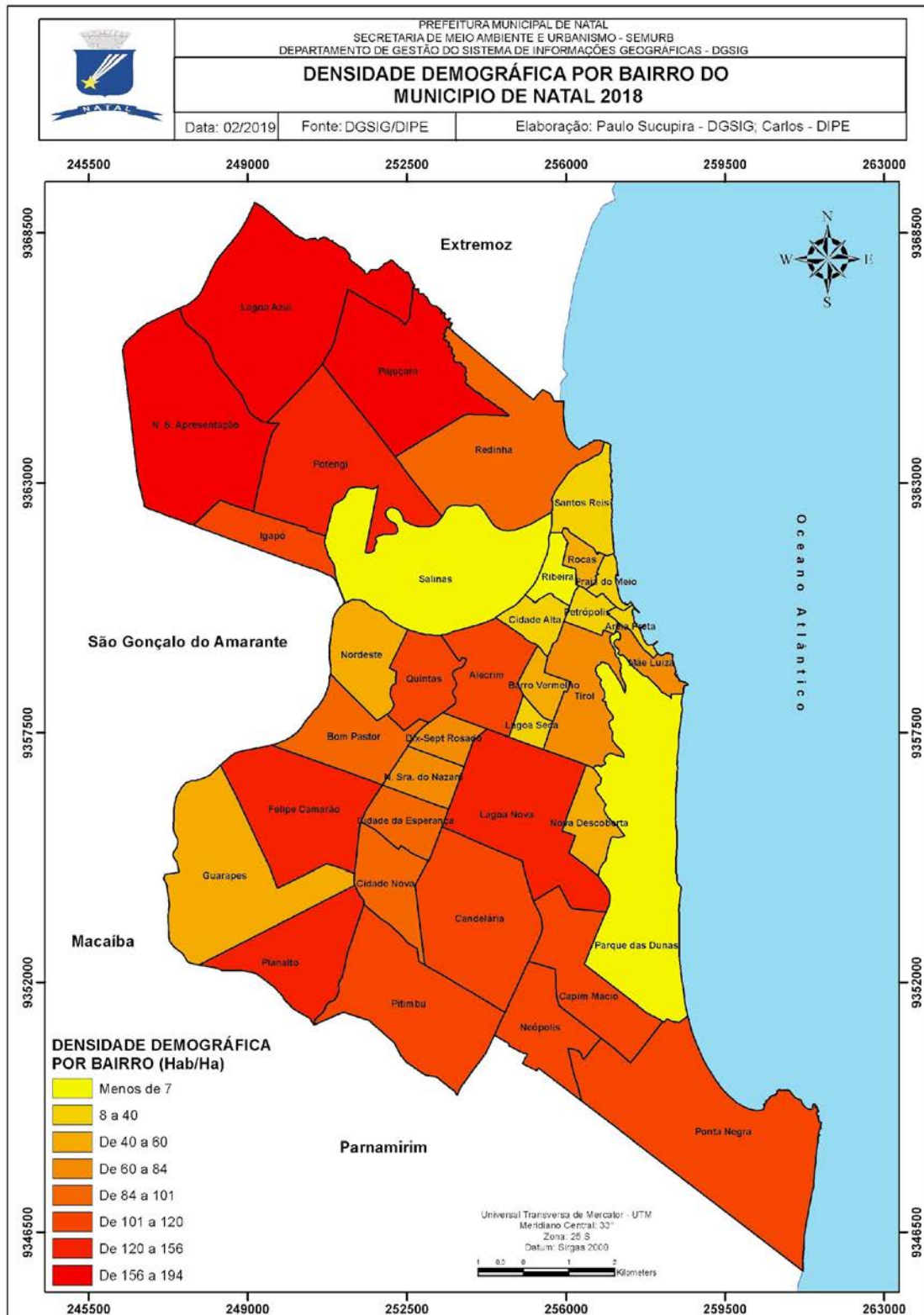


Figura 4. Densidade demográfica por bairro em Natal (fonte: SEMURB, 2018).

Embora o esvaziamento do centro seja um fator de influência para alguns desses bairros, não explica toda a RA. Nela, constam bairros ocupados por camadas de alta renda, com forte ocupação do solo na forma de tipologias habitacionais verticais de alto padrão, como Tirol e Petrópolis; Assim como a presença de Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) afeta os índices de Santos Reis, que tem boa parte de seu território demarcado como área de preservação e se destina a usos distintos. Nos bairros considerados como centro histórico da cidade, no entanto, os deslocamentos discutidos no tópico anterior ajudam a entender a ociosidade, sob a forma de vazios urbanos, e

baixa densidade habitacional que se apresentam hoje em alguns trechos da Cidade Alta e, sobretudo, na Ribeira. As densidades da região podem ser observadas com maior detalhe na Figura 5:

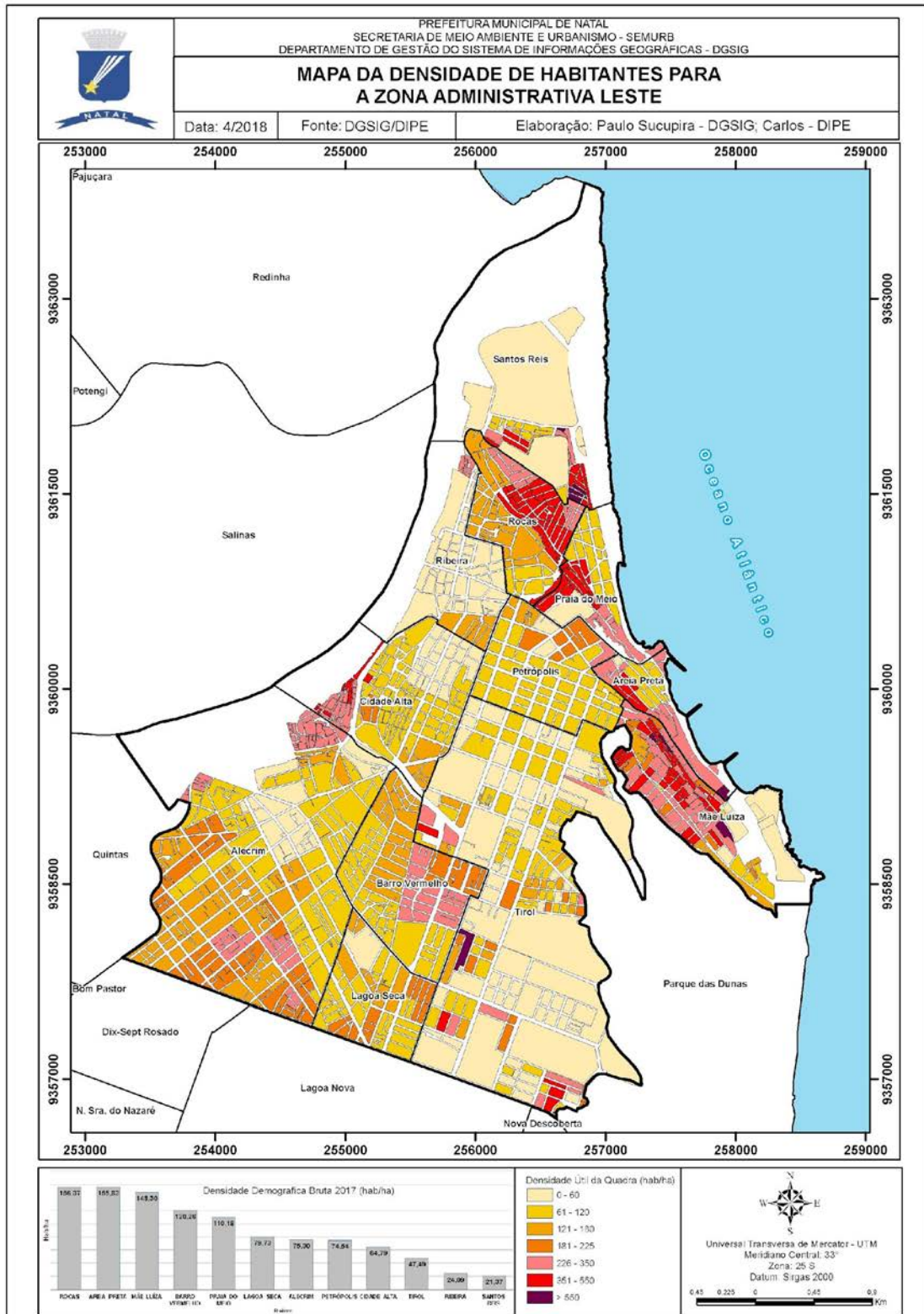


Figura 5. Mapa de densidades por quadra na RA Leste (fonte: SEMURB, 2018).

Nota-se que se distribuem entre os bairros zonas de alta densidade concentradas, em contraponto a quadras com pouquíssimos habitantes. O bairro da Ribeira, em especial, se destaca pelos baixos

índices que apresenta. Dado o teor da discussão proposta, vale comparar esse mapa com as Áreas Especiais de Interesse Social delimitadas na região, destacadas na figura 6:

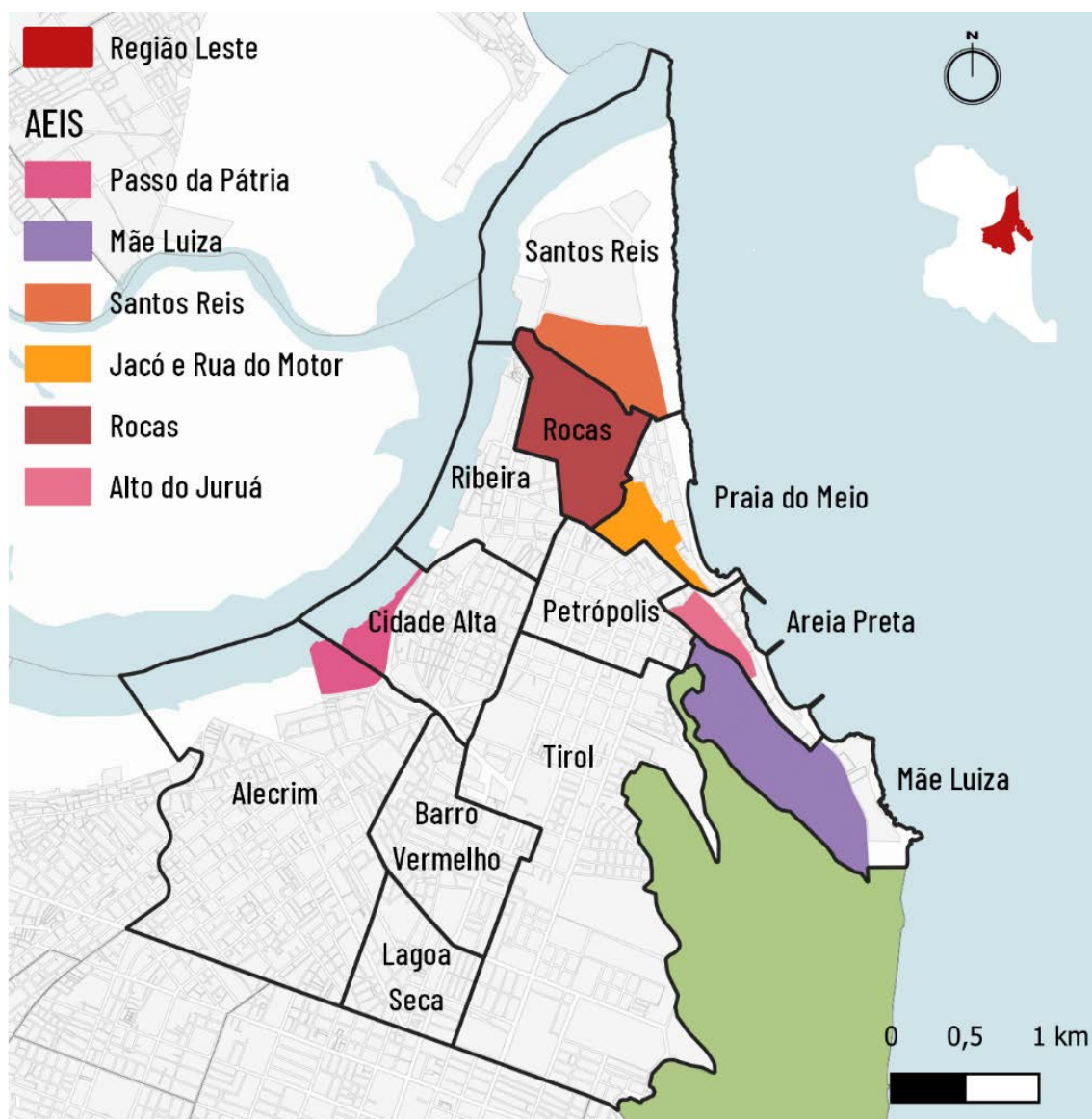


Figura 6. AEIS localizadas na RA Leste (fonte: ALMEIDA, 2022).

Observando as figuras 5 e 6, é possível notar que as maiores densidades se encontram justamente nas áreas protegidas pela legislação local como áreas especiais de interesse social, voltados para a permanência das populações que neles moram (o instrumento das AEIS, no plano diretor local, funciona como o instrumento das ZEIS, que consta no quadro do instituto da cidade). Assim, em contraponto à ociosidade de outros trechos da área central, configuram-se como áreas de altas densidades habitacionais, voltadas para a moradia popular.

Esses dados populacionais, no entanto, focam nos domicílios fixos, mas ignoram populações transitórias e outras formas de morar. Assim como se dá em diversas cidades brasileiras, movimentos de luta por moradia e direitos essenciais vem ocupando espaços de outras formas em Natal: traremos aqui algumas experiências relacionadas a dois movimentos sociais com perfis distintos que tem se feito presentes e habitado o centro da cidade, sobretudo nos bairros Ribeira, Rocas e Cidade Alta. Além do próprio déficit habitacional, que indica a demanda por moradia na cidade, de forma geral, relatos de integrantes de movimentos sociais revelam a demanda de morar no centro especificamente (ALMEIDA, 2022), dadas as relações de trabalho e vizinhança estabelecidas a partir do local da moradia.

Um dos movimentos sociais que vem marcando presença na área central da cidade é o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Como seu próprio nome já indica, o movimento é composto por pessoas que estão ou que passaram por situação de rua, e se propõe a lutar pela garantia de seus direitos e enfrentamento dos riscos da rua, além de combater discriminação e violações dos direitos humanos. O movimento segue princípios que orientam sua organização e prática política, e elenca quatro bandeiras de luta principais: resgate da cidadania por meio de trabalho digno, salários suficientes para sustento, moradia digna e atendimento à saúde (MNPR, 2010). Assim, se configura como um movimento que atua no sentido de alcançar políticas públicas que garantam direitos fundamentais e dignidade a uma população que sofre frequentemente com violações. Dentre suas demandas, a reivindicação de políticas voltadas para a assistência social e saúde se destacam, mas trazemos o MNPR neste artigo dado que a habitação também figura entre suas pautas.

As pessoas em situação de rua, dada a falta de moradia definitiva, costumam ocupar espaços ociosos da cidade, de forma transitória, transformando-os em lugares de dormida enquanto se abrigam neles. Em Natal, a população em situação de rua se concentra principalmente na RA Leste, nos bairros Cidade Alta, Ribeira e Alecrim. É neles onde tem se concentrado a atuação do movimento e nessa região onde funcionavam, até 2021, equipamentos de abrigo e suporte especializado a essa parcela da população, na figura de três albergues na Cidade Alta e um Centro POP em Barro Vermelho (CAVALCANTI *et al*, 2021). No bairro da Ribeira, as várias edificações abandonadas muitas vezes servem de abrigo temporário, como mostra a figura 7:



Figura 7. Pessoas em situação de rua abrigadas sob marquise de edificação tombada sem uso (fonte: Tribuna do Norte, 2019).

Presente em 19 estados brasileiros, o MNPR vem se organizando em Natal desde 2012, em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CDRH/UFRN), em processo de organização e consolidação do núcleo local. No início de sua atuação, são marcantes os processos educativos com a população em situação de rua e formativos de lideranças entre eles (ALMEIDA, 2015). Um eixo de atuação do movimento que vem se firmando ao longo dos anos é a presença em diferentes instâncias políticas do município, como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CONHABINS), espaços onde reivindicam políticas de apoio e tem conquistado a instalação de serviços voltados para pessoas em situação de rua (LIMA, 2020), como o centro POP mencionado.

Através do CONHABINS e do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN), o movimento solicitou em 2018 a identificação de imóveis sem uso e em dívida com o poder público que pudessem ser transformados em equipamentos de apoio ou moradia social no centro de Natal. A solicitação foi feita à Secretaria Municipal de Tributação (SEMUT) e demandava a cessão de uso

de dois imóveis específicos para uso do movimento (CAVALCANTI *et al*, 2021). Ambos inseridos nas poligonais de preservação patrimonial do IPHAN delimitadas no centro histórico, esses imóveis tratam-se de um antigo equipamento militar, hoje apenas parcialmente ocupado, com boa parte de sua área ociosa, e um antigo galpão da RFFSA, que na época encontrava-se completamente abandonado e em estado conservação precária.

Mesmo que a ação de tentar iniciar o processo de recuperação e conversão de uso deles, iniciada pelo MNPR, tenha chamado atenção para a ociosidade no centro e descaso com o patrimônio, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), responsável pelos imóveis, os direcionou a outros agentes. Ainda assim, o antigo batalhão foi objeto de propostas projetuais de conversão para um albergue de apoio à população em situação de rua, elaborada em processo participativo com o MNPR, no trabalho final de graduação de Isadora Lima (2020), dentro do curso de arquitetura e urbanismo da UFRN. O imóvel que um dia foi da RFFSA foi cedido para a prefeitura de Natal, no intuito de ser utilizado como estacionamento para o futuro prédio da Secretaria Municipal de Saúde, mas encontra-se ocupado desde 2022 por outro movimento social e abriga hoje várias famílias, mesmo que sem apoio do poder público.

Com formas de atuar e reivindicações diferentes do MNPR, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) também tem estado presente no centro. De abrangência nacional, o MLB surge em Belo Horizonte em 1999, a partir de grupo dissidente da Ocupação Vila Corumbiara, na região do Barreiro, que vem a consolidar a formação do movimento (BURITI, 2018). O movimento, composto por famílias sem teto de todo o país, luta pela reforma urbana e pelo direito de morar dignamente, colocando a moradia como elemento primordial nesse processo. Além disso, levanta questionamentos quanto à especulação imobiliária, concentração e ociosidade de terras, práticas de autogestão e produção social da cidade, atrelados à garantia de direitos humanos fundamentais (MLB, 2022⁴).

Desde 2004, quando surgiu em Natal, o núcleo local se destaca no cenário político da capital potiguar principalmente através das ocupações urbanas, sua principal estratégia de atuação. A organização das ocupações se inicia com estudos sobre a região onde será feita a intervenção, realizados pela coordenação local do movimento, que abrangem as condições de moradia da população, inserção do MLB e características gerais da região. Segue-se um processo de mobilização social, formação e discussão, apresentando a ideia da ocupação e regras delineadas pelo movimento para construí-la (BURITI, 2018). Destaca-se que o trabalho coletivo é fundamental para a consolidação e manutenção das ocupações realizadas pelo movimento.

Após a entrada nos imóveis vazios, geralmente sem uso há anos e em condições bastante precárias, é realizada a limpeza geral do lugar, em sistema de mutirão pelos integrantes do movimento. A partir daí, tem início a construção de unidades habitacionais para cada família, que se dão em espaços previamente delimitados de forma coletiva, mas que devem ser ocupados com recursos individuais. Em outras palavras, cada família arca com os custos de sua unidade dentro de suas possibilidades, geralmente em etapas gradativas, o que gera variedade de materiais e formas de construir. As ligações de água e energia elétrica são também feitas pelo movimento, que visa garantir condições básicas de permanência no local, através de rateio entre os integrantes da ocupação, sistema utilizado para arcar com todos os gastos gerais necessários. As atividades de limpeza e infraestrutura são feitas de forma coletiva, em rodízio ou mutirão, a depender de sua natureza (ALMEIDA, 2022). Uma vez que o MLB é um movimento autofinanciável, a contribuição individual tem papel chave na medida em que firma vínculo material entre ele e o militante, além de assumir papel ideológico no processo de formação (BURITI, 2018).

Além das ocupações, o trabalho de base do movimento conta com o estabelecimento de redes de solidariedade, articulando doações que ajudam a manter as famílias ocupantes, com reuniões de formação política dos participantes, veiculação de informações através de redes sociais e do jornal

⁴ Declaração do próprio movimento, disponível no site oficial <<https://www.mlbrasil.org/quem-somos>>.

impresso A Verdade e com a organização de protestos e atos. Estes, aliados às ocupações, tem como objetivo alcançar visibilidade e pressionar o poder público a dialogar com o movimento, na negociação por unidades habitacionais: busca-se negociar a inserção dos ocupantes em programas públicos de provisão habitacional, de forma que sejam contemplados com casa própria (BURITI, 2018; ALMEIDA, 2022). Apesar de ter conquistado teto para muitas famílias ao longo dos anos (Quadro 2), essa forma de atuação vem sendo posta em cheque dada a atual escassez de políticas públicas voltadas para a moradia.

Quadro 2. Ocupações do MLB em Natal (fonte: elaborado pelos autores, com base em Buriti (2018), Cavalcanti *et al* (2021) e Almeida (2022).

Ocupação	Ano	UH
Leningrado	2004	400
Camboim	2004	176
Peão	2004	45
8 de outubro	2006	65
Luiz Gonzaga	2006	55
Frei Tito	2006	50
Ernesto Che Guevara	2006	85
Emmanuel Bezerra	2007	140
Maruim	2007	176
Santa Clara	2009	190
Nísia Floresta	209	176
Anatália Alves	2010	235
Conj. Res. Praia Mar	2010	130
Margarida Alves	2010	50
Djalma Maranhão	2011	130
Nova Esperança	2011	117
8 de março	2012	212
Tiradentes	2014	100
Padre Sabino	2015	110
Olga Benário	2018	295
Pedro Melo	2018	16
Emmanuel Bezerra	2020	-
Valdete Guerra	2021	-
Margarida Maria Alves	2021	-
Palmares	2022	-

Obs.UH refere-se à quantidade de Unidades Habitacionais conquistadas pelo movimento em cada ocupação. As ocupações que não tem quantidade indicada ainda estão em andamento.

Em Natal, o MLB tem se feito presente sobretudo na Região Administrativa Oeste (RA Oeste), em áreas periféricas, mas vem se aproximando da área central desde 2015. No final do ano mencionado, a primeira ocupação organizada no centro teve início sob o nome de Padre Sabino. Foi realizada em um conjunto de terrenos e galpões não utilizados remanescentes do patrimônio ferroviário no bairro das Rocas e resistiu até o final de 2018. Nesse tempo, conseguiu abrir diálogo com a prefeitura, e conquistou 110 unidades habitacionais em um conjunto residencial (CAVALCANTI *et al*, 2021) distante do local onde foi organizada, terreno que hoje abriga parte das instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Em sequência, as famílias que não foram contempladas na Padre Sabino seguiram para o bairro da Ribeira, articulando a Ocupação Pedro Melo ainda em 2018 no prédio desocupado do antigo albergue municipal, edificação inserida na poligonal de tombamento do IPHAN, em área marcada pela vacância imobiliária. Após três anos de resistência e diálogo difícil com a prefeitura, o movimento chegou a resultado similar, conquistando unidades habitacionais em conjunto habitacional periférico na RA Oeste para os cerca de 20 ocupantes que permaneceram (CAVALCANTI *et al*, 2021).

Durante a escrita deste artigo, o MLB conta com duas ocupações ativas na área central de Natal, a Emmanuel Bezerra (2020) e a Palmares (2022). A Emmanuel Bezerra teve início durante a pandemia da COVID-19 em prédio desocupado no bairro da Ribeira, edificação patrimonial de destaque, e obteve ampla visibilidade na mídia local. Permaneceu poucos meses no local, até que foi deslocada para um conjunto de galpões desativado no bairro vizinho das Rocas, em negociação com governo do estado e prefeitura, que arcou com o aluguel do imóvel. Embora as famílias tenham ido para o local em caráter temporário, para aguardar a entrega de novas unidades habitacionais, até o final de 2022 permanecem indefinidamente nos mesmos galpões, que não foram preparados para sua chegada e tem problemas de conforto ambiental e inundações, além de acomodações improvisadas, sem maior suporte do poder público (ALMEIDA, 2022).

A Ocupação Palmares, por sua vez, começou em março de 2022, também em um conjunto de galpões abandonados no bairro das Rocas. Estes, remanescentes do patrimônio ferroviário local, um dia abrigaram a carpintaria da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) na cidade, mas encontravam-se sem uso há anos, acumulando entulho até a chegada do movimento. Pouco após a entrada no imóvel, a prefeitura moveu processo judicial que ainda se encontra em andamento, solicitando a desocupação do local.

Em paralelo, os moradores vem realizando melhorias habitacionais gradativas para viabilizar a permanência nas estruturas ocupadas, não receberam preparo prévio para recebê-los e hoje funcionam com ligações de água, esgoto e energia improvisadas, além de sofrerem com inundações frequentes. Buscando apoio técnico, o movimento entrou em contato com o Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN, no intuito de fortalecer os argumentos dos ocupantes no íterim do processo judicial solicitando um estudo de viabilidade para a consolidação de moradias definitivas nos galpões (ALMEIDA, 2022). Sintetizando as ocupações recentes na área central de Natal, a figura 7 as situa cronologicamente e traz dados gerais sobre cada uma delas:

LINHA DO TEMPO
OCUPAÇÕES DO MLB NA ÁREA CENTRAL DE NATAL



Figura 8. Linha do tempo das ocupações do MLB na área central de Natal (fonte: ALMEIDA, 2022).

Ao longo desse processo, notam-se mudanças na postura do movimento. Enquanto a reivindicação de início era pela conquista de unidades habitacionais em qualquer área da cidade, ela passa a abranger a moradia definitiva na área central e o direito ao centro ao longo do tempo. Nas próprias redes sociais do núcleo local do movimento, o MLB questiona os usos pensados para o centro histórico pelo poder público e incita o debate em torno dessa questão (Figura 8), posição que atesta a mudança no perfil de suas reivindicações, assim como serve de exemplo para o caráter formativo/educativo que seu trabalho de base também assume.



Figura 9. Publicação em rede social do MLB/RN (fonte: MLB, 2022).

A estratégia do movimento vai se reinventando na falta de políticas públicas, tendo a requalificação das estruturas ocupadas como alternativa para viabilizar moradia. Além das unidades, uma demanda central colocada no processo da Palmares é a posse do terreno, a garantia de poder continuar no local e firmar moradia segura. As ocupações mencionadas são formadas por famílias

de bairros centrais, especialmente Rocas e Santos Reis e a permanência no local é uma pauta que revela a necessidade de manutenção das relações sociais e de trabalho, intimamente atreladas ao local de moradia. Um dos aspectos marcantes nos relatos dos ocupantes que constroem a Palmares é a proximidade com o local de trabalho: morar no centro possibilita que continuem desenvolvendo atividades de comércio informal, dado o movimento diurno no bairro da Ribeira, em função das repartições públicas e comércio, e a proximidade com a orla marítima, nos bairros de Praia do Meio e Santos Reis (ALMEIDA, 2022).

Considerações finais

Frente à desigualdade marcante da produção do espaço urbano no Brasil e de acesso à moradia e infraestrutura urbana, que se consolidou durante todo o século XX formando cidades segregadas e com muitos vazios urbanos, as ocupações, em especial as das áreas centrais, se colocam como uma forma de planejamento insurgente e de resistência aos efeitos do capitalismo neoliberal e à ausência de políticas públicas específicas.

As ocupações em áreas centrais, feitas por movimentos sociais que lutam por moradia, representam inicialmente novas formas de morar, estimulando o imaginário urbano no atual contexto de crise, sendo uma boa, mas talvez a única, saída para muitos que não tem acesso à moradia mercantilizada. Essa forma de morar, que tem inicialmente caráter temporário, muitas vezes tornam-se duradouras e demandam dos movimentos sociais adequação à situações de risco ou insalubridade. Poucos tem sido os exemplos de sucesso em relação à efetivação do direito à moradia nessas ocupações, resultante da qualificação dos imóveis e adequação para a função de morar.

Além da função específica de morar, as ocupações em áreas centrais escancaram a falência das políticas e programas habitacionais que nos últimos anos além de insuficientes em número, foram periféricos e muitas vezes em condições de precariedade, seja de falta de infraestrutura, seja em monofuncionalidade, seja porque não representam especificamente as demandas das famílias. Além disso, essas ocupações tem aberto o debate acerca da moradia em áreas centrais versus as políticas de requalificação urbana dessas áreas e a grande quantidade de vazios urbanos, alguns em situação de arruinamento do próprio patrimônio histórico e/ou cultural construído.

A atuação forte, firme e constante dos movimentos sociais de luta por moradia, em especial nas áreas centrais, necessita de maior conhecimento e reflexão visto que são formas de planejar e agir nos territórios em contraposição ao planejamento tradicional que não tem dado conta das necessidades desses movimentos. A atuação deles, enquanto práticas insurgentes tem sido acompanhadas muitas vezes por assessorias técnicas, sejam coletivos externos, universidades ou mesmo grupos formados dentro dos próprios movimentos.

Os movimentos de luta por moradia, através das ocupações em áreas centrais tem, então, chegado onde o Estado não chega, produzindo habitação popular para e com os que mais precisam, recuperando por vezes edifícios antigos e ressignificando partes importantes da memória das cidades.

Referências

ALMEIDA, Hellen Tattyanne. **O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN**. Dissertação (mestre em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

ALMEIDA, Miró Aires de. **Ocupar o centro**: diretrizes para regularização de vazios urbanos em áreas centrais como habitação de interesse social. 149f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

ATAÍDE, R. M. D. C. et al. Una contribución teórico-metodológica para la identificación y categorización de los vacíos urbanos en Natal (RN), Brasil. **Políticas e instrumentos para la gestión local del suelo**. Buenos Aires, Argentina: [s.n.]. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL, A. B., ALMEIDA, M. A. e CAVALCANTE, H. V. A. OCUPAR E MORAR NO CENTRO: Disputa por vazios urbanos de interesse patrimonial pelos movimentos populares na área central de Natal/RN. Anais do XVII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (XVII SHCU). Belo Horizonte, 2022.

BONDUKI, N.; KOURY, A. P. **Das reformas de base ao BNH**: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Vitruvius Arqtextos, ano 10, maio 2010. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arqtextos/10.120/3432>>.

BURITI, E. P. D. S. **Ocupar e criar poder popular**: uma análise acerca da participação social do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB no município de Natal/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 111. 2018.

BONDUKI, Nabil (Org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil**: Do seminário de habitação e reforma urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BORDE, A. D. L. P. Vazios urbanos contemporâneos: conceitos, permanências e alteridades. In: BORDE, A. D. L. P. **Vazios urbanos**: percursos contemporâneos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p. 191-222

CASTILHO, Ana Luisa Howard de; VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

CAVALCANTE, S. M. D. O. L. **Especulação, sol e mar**: os vazios urbanos de Ponta Negra. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CAVALCANTI, E. R. *et al.* **Movimentos sociais na ocupação de imóveis vazios nas áreas centrais e o enfrentamento inclusivo das mudanças climáticas**: os casos de São Paulo e Natal. Revista Direito à Cidade, Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, p. 138-169, 2021.

CAVALCANTI, E. R. **Cidades vacantes, cidades expectantes: produção e transformação dos vazios urbanos em Fortaleza (2000-2018)**. Tese de doutorado (Doutor em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, p. 375. 2018.

COMARÚ, F. de A.; BARBOSA, B. **Movimentos Sociais e habitação**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

CORRÊA, R. L. **Quem produz o espaço urbano?** São Paulo: Ática, 2004. 11-31 p

FASE. **Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa**: os criminosos são velhos conhecidos. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/tanta-casa-sem-gente-tanta-gente-sem-casa-os-criminosos-sao-velhos-conhecidos/>. Acessado em: 01 de dezembro de 2022.

FERREIRA, Glenda Dantas. **Produção habitacional, agentes e território**: uma análise do PMCMV na RMNatal (2009-2014). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERNANDES, Edésio. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística**. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Orgs.). O Estatuto da Cidade: comentado. São

Paulo:Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>>.

NATAL, Prefeitura Municipal do. **Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal, 2007.

LIMA, Isadora Maria Ferreira de. **Uma porta de saída**: experiência participativa junto ao Movimento Nacional de População em Situação de Rua – MNPR/RN na criação de um instrumento de luta por moradia. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo, 1995.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016.

MNPR, Movimento Nacional da População em Situação de Rua. **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. 2010. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_pa> . Acesso em: 20 dez. 2022.

MORETTI, R. *et al.* Embasamento legal para reabilitação gradativa de prédios antigos para habitação social. **Jornal GNN**, São Paulo, 25maio. 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidades/embasamento-legal-para-reabilitacao-gradativa-de-predios-antigos-para-habitacao-social/>. Acesso em: 18 dez 2022.

MÜHLE, B. **Ocupações de Moradia no Centro: possibilidades do morar**. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 130. 2020.

SAULE JR., N.; UZZO, K. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. REDBCM. [s.l.]. 2009.

VAINER Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (p. 75-104). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. – (Coleção Zero à Esquerda).

TANAKA, Giselle Megumi Martino. Planejamento e conflitos sociais: reflexões a partir das lutas urbanas. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional XVII. **Sessão temática do XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017b.

TINOCO, Marcelo; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria **Ribeira: Plano de Reabilitação de Áreas Centrais Urbanas**. 1. Ed. Natal: Editora da UFRN, 2008. V. 01.

SILVA, Heitor de Andrade. **Revitalização Urbana de Centros Históricos**: Uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso. 2002. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP / Studio Nobel, 2001.